



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

“PODER JUDICIÁRIO NA LUTA CONTRA O TERRORISMO”

**DISCURSO DE SUA EXCELÊNCIA FILIPE JACINTO NYUSI, PRESIDENTE DA
REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, POR OCASIÃO DA INAUGURAÇÃO DO
TRIBUNAL JUDICIAL DA CIDADE DE PEMBA, PROVÍNCIA DE CABO DELGADO.**

CIDADE DE PEMBA, 09 DE OUTUBRO DE 2023

Senhora Presidente da Assembleia da República;

Venerando Presidente do Tribunal Supremo;

Senhora Ministra da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos;

Veneranda Presidente do Cofre dos Tribunais;

Venerandos Juízes Conselheiros e Desembargadores;

Senhor Secretário de Estado na Província de Cabo Delgado;

Senhor Governador da Província de Cabo Delgado;

Senhor Presidente do Conselho Municipal da Cidade de Pemba;

Caros Profissionais do Sector de Administração da Justiça;

Distintos Convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

É com alegria que estamos aqui na cidade de Pemba, hoje para proceder à inauguração do Tribunal Judicial da Província de Cabo Delgado.

Esta imponente infra-estrutura que reforça a beleza da maior baía do nosso continente, vai garantir e consolidar a legalidade, assegurar os direitos e liberdades dos cidadãos, assim como os interesses jurídicos dos diferentes órgãos e entidades com existência legal nesta província.

Neste edifício vão trabalhar homens e mulheres que, ao longo dos anos, trabalhavam em condições precárias e difíceis. A melhoria das condições de trabalho dos servidores públicos é uma obrigação do Estado, mas ao mesmo tempo, um incentivo para que o bem-servir ao cidadão passe a ser uma marca de todas as instituições públicas.

Ao apostarmos na criação de boas condições de trabalho, pretendemos que os magistrados, funcionários e utentes transformem os edifícios dos tribunais em locais onde a Justiça resida; um local onde as pessoas sejam bem atendidas e as decisões, além de céleres, sejam justas.

Estimada População da Província de Cabo Delgado;

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

A província de Cabo Delgado, desde 2017, tem visto parte dos seus distritos a serem assolados pelo terrorismo. Destes actos macabros, resultou a morte de mais de 2 mil concidadãos, para além da destruição de várias infra-estruturas, incluindo tribunais.

Por isso é que, na Cerimónia de Abertura do Ano Judicial 2022, o tema abordado foi “***Juntos no Combate ao Terrorismo e Crimes Conexos***”. Na ocasião, tivemos a oportunidade de partilhar parte do nosso pensamento sobre o assunto.

Contudo, apesar dos sucessos que temos vindo a alcançar no terreno, e porque o terrorismo continua a semear luto e dor, por ocasião de inauguração deste majestoso tribunal de Cabo Delgado, decidimos centrar a nossa atenção numa dicotomia que nos é actual. Falamos do **Terrorismo e Direitos Humanos**.

O **terrorismo** é um acto cruel, que não deixa às vítimas quaisquer possibilidades de defesa ou protecção frente à sua arbitrariedade e imprevisibilidade. O terrorismo constitui uma afronta brutal aos direitos humanos e aos princípios de Direito Humanitário.

Perante um acto terrorista temos, por um lado, o direito da população de ver reforçada a sua própria segurança; por outro, existe o direito à protecção dos direitos humanos fundamentais, que deve ser assegurado para todos, incluindo os alegados terroristas.

Por isso, há que estabelecer um equilíbrio entre os direitos humanos das vítimas e dos suspeitos de terrorismo e, ainda, os direitos dos cidadãos, em geral. Com efeito, situações há em que as medidas tomadas para prevenir ou reprimir actos terroristas, acabam afectando e restringindo os direitos e liberdades dos demais cidadãos.

Neste contexto, o Governo tudo tem feito para erradicar este mal, actuando na frente de combate, ou seja, reprimindo, e na prevenção. Assim, nas acções de formação das forças de defesa e segurança, para além das matérias de especialidade, têm sido ministrados conteúdos relativos aos direitos humanos e Direito Humanitário.

Com a inclusão dessas matérias, os nossos efectivos têm sido municiados de ferramentas e referências em boas práticas atinentes à promoção e defesa dos direitos humanos, em situação de conflito.

É nesta senda que, aquando da nossa participação no Debate de Alto Nível nas Nações Unidas, no dia 23 de Maio deste ano, intitulado: *“Garantir a Segurança e a Dignidade dos Civis em Conflito: abordar a insegurança alimentar e proteger os serviços essenciais”* dissemos, entre outros que:

“...a maior preocupação do Governo e das Forças de Defesa e Segurança no combate ao terrorismo tem sido a protecção da vida e dignidade dos civis, incluindo o enquadramento social de terroristas capturados ou que desertam das suas fileiras.”

“...as Forças de Defesa e Segurança moçambicanas e de outros países que apoiam o país no combate ao terrorismo, nomeadamente o Ruanda e a SADC, têm priorizado a protecção e o convívio com as populações civis, ... através da observância das regras do Direito Internacional Humanitário”.

Ou seja, procura-se sujeitar à Justiça os agentes e actores do terrorismo, através da investigação criminal, recolhendo provas que, caso existam, conduzam a uma acusação, no quadro dos direitos, liberdades e garantias constitucionalmente consagrados.

Esta abordagem é, ao mesmo tempo, preventiva, reactiva e repressiva e, de igual modo, compatível com os mais altos padrões de defesa e protecção dos Direitos Humanos.

A inversão desta sequência lógica oferece ao terrorismo o trunfo, que mais ambiciona, que é a subversão das regras basilares do Estado de Direito Democrático.

É nosso entendimento que o combate ao terrorismo deve ocorrer no pleno respeito e em harmonia pelo primado da Lei.

Por conseguinte, os tribunais judiciais na nobre missão de (i) penalizar as violações da legalidade e decidir pleitos de acordo com o estabelecido na lei e (ii) educar os cidadãos no cumprimento voluntário das leis, têm um papel central a desempenhar nas zonas de risco, no confronto entre o terrorismo e os direitos humanos.

Entre as zonas de risco, destacamos:

- i. o período de duração da prisão preventiva;
- ii. as formas e condições de detenção;
- iii. o respeito pelo princípio da presunção de inocência;
- iv. o acesso tempestivo a defensor ou advogado;
- v. os processos de extradição; e
- vi. o exercício das liberdades de associação, expressão, pensamento, entre outros.

Distintos Convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores;

Na luta contra o terrorismo, e tendo como objectivo o reforço das medidas de prevenção e combate à criminalidade organizada, sob proposta do Governo, a Assembleia da República aprovou, em 2022, vários diplomas legais com destaque para:

- i. Lei que estabelece o Regime Jurídico de Prevenção, Repressão e Combate ao Terrorismo e Proliferação de Armas de Destruição em Massa;
- ii. Lei de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo;
- iii. Lei que cria o Gabinete de Informação Financeira de Moçambique;
- iv. Lei que estabelece o Regime Jurídico de Perda Alargada e Recuperação de Activos; e a
- v. Lei que estabelece a Cooperação Jurídica e Judiciária.

Adicionalmente criámos, junto do Ministério Público, os Gabinetes de Prevenção e Combate à Criminalidade Organizada e Transnacional e de Recuperação de Activos, com unidades

específicas junto do seu órgão auxiliar de investigação criminal. Aprovámos ainda, a Estratégia de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais, Financiamento ao Terrorismo e da Proliferação Nuclear (2023-2027). Mas não ficámos por aqui. Fruto das constatações e recomendações da Avaliação Mútua do país realizada pelo Grupo de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais da África Austral e Oriental (ESAAMLG) e do Plano de Acção do GAFI, sob proposta do Governo a Assembleia da República aprovou as Leis de revisão das Leis n.ºs 11 e 13/2022, com vista a tornar o nosso sistema jurídico mais robusto, por um lado, e simultaneamente, contribuir para retirar o nosso país da Lista Cinzenta.

Aproveitamos este momento para felicitar o Tribunal Supremo que se associando ao mesmo esforço, realizou o “*Seminário de harmonização de procedimentos na tramitação de processos de branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo*”, o que merece nosso reconhecimento. A realização deste evento demonstra que os três poderes do Estado estão em sintonia no combate ao terrorismo e, conseqüentemente, na protecção da vida e dos bens dos nossos concidadãos.

Saudamos, ainda, o mais alto órgão da hierarquia dos tribunais judiciais pela emissão da Directiva n.º 1/2023, de 25 de Janeiro, sobre a celeridade na tramitação de processos desta índole e o tratamento da informação judicial. Trata-se de um resultado concreto da consciência colectiva de que o sistema judicial deve ajustar-se constantemente às necessidades decorrentes das novas exigências nas áreas social, económica e política; e a exigência actual é a retirada de Moçambique da Lista Cinzenta.

Distintos Convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Pese os resultados que temos alcançado no Teatro Operacional Norte, as investidas dos terroristas persistem. Neste contexto, tomamos esta oportunidade para reiterar o apelo a todos os moçambicanos e os estrangeiros que residem no nosso país para se distanciarem de qualquer tipo de aliciamento e a redobram a vigilância. Quaisquer movimentos estranhos, devem ser prontamente denunciados às Forças de Defesa e Segurança.

É dever de cada um de nós evitar a radicalização e o recrutamento de jovens para as fileiras do terrorismo. Devemos estar conscientes de que o terrorismo é um fenómeno global contra o qual todos nos devemos unir. O extremismo violento não escolhe o alvo quando, de forma indiscriminada, comete crimes hediondos.

O trabalho desenvolvido pelas nossas briosas forças de defesa e segurança deve ser complementado com outras acções de prevenção geral da radicalização, o que passa pela transmissão dos valores de moderação, de respeito pelo direito à diferença e pelo diálogo.

Passa, também, pela educação patriótica, pacífica coexistência e democracia, combatendo todas as formas de discriminação e apostando no desenvolvimento endógeno, inclusivo e sustentável.

Este esforço prossegue com a prevenção especial, no domínio do ciclo das informações e da investigação criminal, apoiadas pelos serviços de segurança de todo o mundo.

Minhas Senhoras e Meus Senhores;

Cara Família do Tribunal Judicial de da Província de Cabo Delgado!

O dia de hoje ficará registado na memória de todos quantos presenciam ou acompanham este acto, em particular os munícipes de Pemba.

Ao longo dos últimos três anos temos visto o empenho do Poder Judicial, através do Cofre dos Tribunais, de materializar o compromisso de garantir que, até ao final do presente ano, 2023, não haja tribunais judiciais de distrito sem instalações próprias para funcionar.

É um esforço digno do nosso reconhecimento público, porque os resultados estão à vista de todos.

Congratulo a todos quantos se vão beneficiar das novas instalações, em particular os residentes da Cidade de Pemba e da província de Cabo Delgado.

Com estas palavras, e com votos de que neste lugar se faça a tão almejada Justiça, **declaro oficialmente inaugurado o Tribunal Judicial da Província de Cabo Delgado.**

Muito obrigado, pela atenção dispensada!